



O mito da integração pela identidade.¹

Hélio R. S. Silva

LeMetro-Laboratório de Etnografia Metropolitana/IFCS-UFRJ

Resumo

A comunicação explora os vínculos entre algumas teses produzidas pelo modernismo brasileiro, sua disseminação sistemática por uma política cultural de Estado, envolvendo o sistema educacional e meios de comunicação de massa, o que permitiu a disseminação de certos valores e critérios de definição da brasilidade e seu colapso a partir dos anos 80 do século passado. O processo implicou em um trânsito de critérios genéricos para definir uma realidade plural para uma ausência de signos, símbolos e projetos comuns capazes de sustentar simbolicamente o projeto nacional e o sentido do Estado brasileiro. Dos valores ambíguos que conformavam uma identidade plástica passou-se a um disseminado discurso da insegurança, do medo e da violência, índices de um colapso de uma base simbólica para o sentido da convivência nacional.

Palavras-chave

Cultura brasileira; identidade nacional; símbolos de pertencimento; cultura do medo; colapso dos símbolos de convivência.

Mudanças múltiplas na passagem do século XIX para o XX (Abolição da escravidão, proclamação da República, intenso processo imigratório, 1ª. guerra mundial, processo de urbanização e industrialização de São Paulo²) concorrem para um reconhecimento generalizado da “necessidade” de uma ruptura com nossos tradicionais padrões artísticos e literários e com a mentalidade dominante entre as elites.

O processo modernista brasileiro iniciado na década de 20 do século passado, além de suas rupturas artísticas (literatura, poesia, artes plásticas, arquitetura, música) suscitou uma tradição ensaística que tentava criar uma mística de pertencimento. E deu curso à produção de mitos de integração pela identidade. Era como se fosse necessário, para penetrar no labirinto da modernidade, um fio qualquer que nos conectasse com nossas origens e raízes. Busca de certa forma criar uma “religião” da brasilidade que desse sentido às rotinas econômica, política, administrativa, social e cultural.

¹ Trabalho apresentado no GT 8, Políticas e estratégias de comunicação do INTERCOM 2009 – XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009.

² “... locais de explosões industriais sem paralelo, com todos os seus concomitantes: Manchester para o ocidente e São Paulo, um século mais tarde, para o Terceiro Mundo” in MORSE, 1978, p. 33.

Tratava-se de promover a integração pela identidade. De suscitar o sentimento de pertencimento. “Identificava-se” o caráter nacional brasileiro, “descobriam-se” as raízes do Brasil, “definia-se” a brasilidade e “inventariava-se” a cultura brasileira.

O empreendimento suscitou múltiplas interpretações, com a perspectiva comum de **um** amálgama no país, que nunca foi exatamente **uma** cultura, **uma** sociedade, **uma** nação, mas apenas um estado nacional organizado politicamente, o que não é pouco e foi uma conquista histórica notável.

Haveria uma qualidade nessa brasilidade e imbuído dela uma possibilidade de integrar o concerto universal, como observou há algum tempo Eduardo Jardim de Moraes.³

Um longo debate coloca em circuito alguns pressupostos e privilegia certas questões que buscavam criar um sentimento comum de brasilidade. Era, portanto, congenial a tal idéia a disposição de propagá-la. Há uma extensa literatura que rastreia a propagação do(s) ideário(s) modernista(s) na imprensa, na política editorial, na educação, na política, na administração. Essa propagação teve o papel de integrar as camadas escolarizadas no Brasil não exatamente na camisa de força de uma interpretação do Brasil, mas de um leque de possibilidades dadas por alguns *topois* que vigoraram até aproximadamente a década de 80 e que vivem desde então sua crise.

Essa crise estava dada desde suas primeiras formulações, na fase heróica mesma do modernismo. E isto porque o processo modernista revela ainda em suas complexas formulações sobre identidade nacional, caráter nacional brasileiro e raízes da nacionalidade uma flagrante dificuldade em lidar com a diferença, em reconhecer a pluralidade nacional e seus projetos distintos de vida coletiva. A diferença parece sempre ser vista e vivida como ameaça e desagregação.

Assim, o modernismo é um processo de discussão e de colocação em circuito de interpretações do país, condicionados pelas dificuldades nacionais ante as mudanças e pela intolerância brasileira perante a diferença. O modernismo legou aos setores escolarizados em nosso país durante certo tempo um definido território sobre o qual são possíveis alguns pontos de vista e, ao mesmo tempo, um correspondente horizonte no qual se projetam as perspectivas possíveis da angulação delimitada.

³ MORAES, 1978.

Não se trata de uma receita nem de um perfil inequívoco. O processo é complexo e admite angulações específicas.⁴ Mas há um traço comum entre elas. Todas evitam o modelo plural. Todas evitam a costura que permitiria transformar os retalhos em uma colcha.

A leitura das dezenas de ensaios produzidos a partir de 1928 - quando Paulo Prado publica o primeiro⁵ desta série fecunda - revela claramente que todos são redutíveis a quatro modelos para pensar o Brasil, o caráter nacional brasileiro e a modernização (ou o projeto, ou a mudança).

O primeiro produz uma sociedade desestruturada. O país seria um vazio, um deserto. Exige uma solução: elite intelectual preparada para instaurar o sentido da nacionalidade, torná-lo um sentimento coletivo e conduzir o povo a seu destino, que tal elite entrevê no sentido que instaura. É o modelo anômico. O país da tristeza. Em certo discurso político, uma letargia que só um “banho de sangue”⁶ poderia exorcizar. Abre a possibilidade messiânica, seja intelectual ou política. O iluminado é um tipo público freqüente à época, entre políticos e intelectuais. Entre os pedagogos, como os pioneiros da escola nova, particularmente o mais oficial entre eles, Manoel Bergström Lourenço Filho. Isto porque tal *anomie* solicita o intelectual condutor, messiânico, capaz de produzir os conteúdos redentores, seja pela via política, seja pela via pedagógica. Os que vão preencher de sentido essa realidade vazia.⁷

O segundo corta o país ao meio, avistando na parte rural, o atraso e o passado, e na parte urbana, a modernização e o futuro. Propõe que os traços positivos da parte moderna se imponham sobre a parte atrasada. Esse país duplo pode ser constituído de polarizações como rural-urbano, agrícola-industrial, hinterland-litoral, desenvolvido-subdesenvolvido. A periferia litorânea vista às vezes como o verniz europeizado contra o pano de fundo do Brasil profundo, o interior pensado como um caroço, uma essência. É

⁴ Vide LEITE, 1976; MOTA, 1977; SILVA, 1994.

⁵ PRADO, 1972.

⁶ Imagem de certa constância entre intelectuais brasileiros da primeira metade do século XX.

⁷ O mais notório desses ensaios é o de Paulo PRADO, citado na nota 5.

o Brasil dual, o Brasil esquizofrênico, os dois brasis, o Brasil dividido.⁸ O nosso futuro se resolveria quando as tensões entre os dois atingisse acordos duradouros.

O terceiro detecta a região exemplar, que expressa os valores autenticamente nacionais e projeta-a para o todo. Reduz os valores de outras regiões como menos brasileiros, “contaminados” e se bate pela prevalência sobre o Brasil dos símbolos etnográficos, do estilo de vida e da visão de mundo da região específica enquanto agentes da coesão nacional. A região autêntica gesta o Brasil. Pode ser o planalto paulista de onde os bandeirantes partiram irradiando uma vertebração nacional. Pode ser o nordeste açucareiro que se espalhou em seus traços fundamentais e teve suas continuidades estendidas ao longo do empreendimento cafeeiro. É o modelo metonímico, da parte pelo todo. A índole canônica flagrada num recanto.⁹

O quarto desentranha o Brasil da clássica comparação com os Estados Unidos, ou França, ou Portugal ou uma vaga e genérica cultura européia, conformando-o a partir dos traços negativos responsáveis pelo seu fracasso, atraso ou subdesenvolvimento. Termina por identificar uma cadeia de equívocos em nosso processo histórico que produz uma identidade vazia e improdutiva. Aproxima-se curiosamente do primeiro modelo, pois instaura a ideologia da anomie e do vazio. No primeiro caso, o líder é o salvador, neste último a salvação pode se conter no exemplo do país desenvolvido.¹⁰ Ou então cria mitos como o do país jovem, em oposição a civilizações caducas ou senis, extraindo múltiplas implicações dessa metáfora orgânica. Por derivação deste último modelo, que opõe país velho a país novo, há um outro tipo de comparação de teor mais abstrato. Não se trataria especificamente de tal ou qual país, mas de um traço específico dos países velhos, a tradição, que imprimiria às respostas culturais um certo teor canônico. Povo de baixa tradição, o brasileiro não contaria com essas reservas canônicas, mas operaria com mais eficácia pelo sentido da extraordinária capacidade de improvisar e, portanto, de surpreender.¹¹

⁸ Um exemplo desse segundo tipo são *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de HOLANDA, embora sua complexidade e acuidade na leitura da vida nacional o torne muito mais do que apenas isso.

⁹ O mais perfeito dos seus representantes é *Casa grande & senzala* de Gilberto FREIRE.

¹⁰ O exemplo mais conhecido e lido dessa vertente é o ensaio de Vianna MOOG, *Bandeirantes e pioneiros*.

¹¹ As duas grandes fontes dessa tendência são a Antropofagia de Oswald de ANDRADE e, embora distinto em suas formulações, o Macunaíma de Mário de ANDRADE, esse híbrido de manifesto e ficção.

Os quatro modelos evitam enfrentar a pluralidade brasileira e a discussão em torno da aliança possível para que tais sociedades definam projetos comuns. Em nenhum deles se pensa a aliança como união de diferentes ou se aponta para a possibilidade de que múltiplas identidades cooperem diferencialmente em um estado comum, configurado e definido a partir do respeito às diferenças internas.

Mais que isso, o drama da identidade e de sua corrupção pelos valores postigos de uma Europa de clichê, insinuado em pensadores da transição para o modernismo, como Euclides da Cunha e Alberto Torres, parece necessitar matéria concreta, tangível, social e culturalmente. O sul dos imigrantes fornece o modelo do anti-Brasil.¹² Nem tanto o Rio Grande do Sul, mas inequivocamente o Paraná e Santa Catarina.

Essa dificuldade em reconhecer a pluralidade sócio-cultural do Brasil, o pendor catequético dos modernistas e a decorrente institucionalização de seus pressupostos sobre identidade nacional criaram um discurso oficial que identifica “áreas mais brasileiras”, tipos “essencialmente nacionais”, traços nacionais autênticos, o que pressupõe sempre a existência dentro do território brasileiro de traços, tipos e áreas menos autênticos ou sem qualquer autenticidade. Em momentos mais exaltados, a diferença no Brasil chegou a merecer diagnósticos clínicos, como “*quistos culturais*”. O “*quisto*” seria uma irrupção letal para a nacionalidade. É já enquanto palavra um convite à extirpação.

Todos os modelos mencionados derivam de interpretações históricas, mas em geral de um tipo particular de leitura que, de certa forma, transforma a História em mito produtor de essências identitárias. Construía um passado comum, pedra fundamental do arcabouço da nação, cuja substância continha os traços básicos de cunho geral.

Esses mitos de produção erudita se alimentam de fontes populares e exercem sobre a população influências que são propagadas por diversos meios. No caso do modelo do malandro, a ressonância popular se exprimiu claramente numa série infindável de anedotas que correram de boca em boca e cujo *plot* consistia em uma situação difícil enfrentada por personagens de diversas nacionalidades e um brasileiro. Ante o problema *x*, alemães, franceses, italianos, judeus ou portugueses dariam respostas canônicas depreendidas de uma imagem clichê da nacionalidade respectiva, enquanto o brasileiro resolvia o problema de forma surpreendente.

¹² É curioso que na década de 50, em seu ensaio sobre a formação do Paraná, Wilson MARTINS lhe dê o título de *Um Brasil diferente*.



Esse discurso é elaborado exatamente quando a formação social brasileira se reconfigura. Aproximadamente, a população brasileira pré-cabralina seria de 5 milhões. Entre 1531 e 1856 o Brasil teria recebido 4.009.700 milhões de africanos. Ora, num período de 48 anos (1872 – 1920), o Brasil recebeu 3.200.000 milhões. O país entrava em uma outra nebulosa, no sentido de que um novo universo social vinha sendo elaborado.

Forneceu critérios para a crítica de literatura, artes plásticas, música. Integrou lógica e moralmente gerações de estudantes de primeiro e segundo graus desde os pioneiros da escola nova. Tornou-se critério para política oficial de Estado, desde Capanema e Getúlio, passando por Juscelino e vigorando ainda ao longo dos governos ditatoriais do período militar.

É um discurso que começa a agonizar pelos fins da década de 80 quando essa malha simbólica - que integrava as camadas escolarizadas e instaurava critérios para avaliação da produção simbólica nacional e de sua vida social - começa a dar sinais de esgarçamento. Aos poucos, todo um repertório se torna esquecido, seus signos mais conspícuos perdem a resplandecência pública e se obscurecem.

O mito desintegrado.

Novas dinâmicas culturais, sociais, políticas e econômicas foram solapando a partir da década de 80 os fundamentos de tais discursos e tornando-os obsoletos. A globalização, o esvaziamento da idéia de estado-nação, a pós-modernidade criam novos mitos e novos apelos.

O processo de redemocratização da sociedade brasileira na década de 80 após duas décadas de ditadura militar, impôs um amplo debate nacional sobre liberdade, direitos e projetos coletivos para um novo Estado Nacional. Esse processo ocorre aproximadamente ao mesmo tempo em que nas periferias urbanas o tráfico vai se estabelecendo e criando áreas ambíguas disputadas com o poder público. Luiz Eduardo Soares já chamou diversas vezes a atenção para a circunstância de que a redemocratização do país vem deixando à margem significativos contingentes de sua população que vivem sob a tirania policial, das milícias ou do tráfico.¹³

¹³ SOARES, 2000.



Num mundo globalizado e integrado a um estado nacional de porte continental, esses pequenos mosaicos são atravessados permanentemente por signos, símbolos, bens que os irrigam e conectam ao exterior que se revela muitas vezes incompreensível e inóspito. Os valores locais parecem criar quase uma casca que permite resistir melhor aos atritos e arranhões desses desafios globais, nacionais, estaduais, municipais. Às vezes, em suas manifestações corporais, musicais e outras expressões artísticas e sociais, revelam-se antenados e sintonizados com esse mundo em volta que é processado criticamente.

Estamos, no entanto, em outro paradigma. Um universo se complexifica enquanto se debilita nitidamente a instituição escolar, o perfil da religiosidade se reconfigura e torna-se matizado. Não se ouvem mais nessas periferias, mesmo que diluídas, as vozes centrais que promoviam a velha mística da integração.

O tema da violência e a tematização obsessiva da violência é a evidência de que o diálogo trocou seus sinais. Metáfora por excelência da inconvivência, ao tematizar os riscos individuais aponta para a dissolução dos pactos coletivos. Qual o papel que a estabilização de um tal tipo de consciência exerce entre os fatores econômicos, sociais e políticos?

É que nos interessa aqui, para além das determinações de última instância, refletir sobre o quanto o agravamento da crise nacional que a escalada da violência exprime e denuncia não estariam, em termos simbólicos, minando as possibilidades de representações do Brasil e a idéia de projeto comum e, em termos relacionais, borrando o mapa mental no qual poderíamos nos situar. O convívio tornou-se a iminência do atrito. Será possível segregar tal cenário na periferia urbana e enfrenta-lo com uma política pública de segurança ou os sinais que vem emitindo já se tornaram uma questão nacional?

Essa instabilidade e regime de medo não é fenômeno recente. Aproximadamente um quarto de século cronifica essa ambiência e congela esse estado de espírito. Ante os novos episódios de suas manifestações, é preciso fingir uma indignação que se exprime muito mais contra o pano de fundo dos princípios do que de nosso cotidiano. A indignação se renova inventando um sentimento de surpresa que não corresponde à ordem dos fatos, mas que reintroduz na discussão esperanças adormecidas e velhas expectativas frustradas.

Valeria a pena pensar a questão da violência, tema reiterado em nosso cotidiano e em nossos discursos, como o rescaldo do “incêndio” modernista e não o afirmamos sem admiração pelas grandes realizações poéticas do movimento. Artificialmente usamos a palavra “processo” para designar a institucionalização do modernismo a partir de Vargas e sua confusa diluição pelo livro didático dos escolanovistas, **pela política de tombamento do patrimônio artístico e histórico brasileiros**, pelos cadernos culturais de nossa imprensa e várias outras instâncias que criaram entre nossas camadas escolarizadas um difuso sentimento de pertencimento todo feito de fusões, amálgamas, sincretismos e miscigenação que nos tornaram cegos para a alteridade, para o pacto solene da vida pública, para a convivência e para as negociações adultas impostas pelo convívio – e, sobretudo, para nossas graves responsabilidades perante os que falharam, os que ficaram à margem e todos aqueles que nunca disseram querer aderir: aqueles que não subscreveram o documento afixador de nossa convivência, seja por não concordar com seus termos, seja simplesmente por não saber ler.

Não se trata de recusar a iniludível circunstância de que as tradições são inventadas. Mas, em admitir que existem boas e más invenções. Trata-se de pensar na operosidade e na oportunidade de nossas metáforas modernistas, que mal disfarçavam, na euforia ante o novo, a dificuldade perante a mudança. A golpes de frases de efeito, mutilamos nossa história e a transformamos em um mito todo feito de essencialidades desbastadoras de componentes dificilmente solúveis e de regressões históricas produtoras de fados e destinos. A saudável crítica inaugural a elites descontextualizadas, anacrônicas e *depaysées* terminou no discurso entronizado ao culto da irreverência e de um bem-humorado sentimento de pertencimento nacional que corroeu intensamente a medula grave de todo o pacto social.

O lençol espichado que vinha nos cobrindo está a revelar as canelas nuas – e o frio do medo que nos assalta talvez possa ser visto como a seqüela de dívidas não saldadas.

Nossa língua-geral, hoje, é a do medo. O complexo da violência nos assalta e sobressalta. Importa pouco o que é real ou fantasioso, porque a fantasia reiterada e coletivamente compartilhada torna-se mais real que os próprios dados reais isolados pela análise. Esse conjunto de fantasias incessantemente agrega novas propriedades ao objeto, tornando inócua e ingênua toda tentativa de isolamento do fenômeno em suas

manifestações estruturais. E é exatamente no interior contraditório de suas multiplicidades interpretativas que o complexo se esclarece em suas propriedades multifacetadas e permite identificar as múltiplas causas que o condicionam.

O complexo social da violência, que se tornou via de acesso para o entendimento de nosso cotidiano, embebe-se de inúmeras propriedades heterogêneas, assim como deriva de causas múltiplas. O complexo social da violência decorre da vacuidade simbólica produzida pela crescente falta de correspondência entre os mitos modernistas explicadores do Brasil e a imprevista e imprevisível realidade tecida por nossos impasses e pelo atrito inamistoso de nossa convivência econômica, política, social e simbólica. Ele se deve a nossos impasses crônicos: reforma agrária, distribuição de renda, desemprego, fome, mortalidade e prostituição infantis, reconfiguração do universo familiar das ditas “classes populares” em face dos novos desafios. Do mesmo modo, ele deriva de graves frustrações políticas. Decorre de nosso racismo mal resolvido e mal assumido, das mudanças drásticas no universo familiar, dos novos papéis assumidos pelas mulheres, da própria reelaboração dos papéis sexuais, da reconceituação em ato das prerrogativas e dos deveres da infância. Ele se depreende dos cismas religiosos, que abalam a idéia de uma fé hegemônica, referência geral mesmo quando não se professava aquela fé, da produção multi-seriada de cosmovisões, da galopante ascensão da tecnologia que nos atinge cotidianamente e embaralha nossos marcos referenciais.

As expressões “distensão lenta e gradual”, “salvaguardas”, “poder moderador”, “devagar se vai ao longe”, “cuidado com o andar, que o santo é de barro”; ou “quistos culturais”, “sincretismo religioso”, “miscigenação”, “branqueamento”, “caráter nacional brasileiro”, “negro de alma branca” constituem alguns entre tantos índices de duas grandes síndromes históricas brasileiras, provisoriamente anestesiadas pelo discurso modernista: o horror à mudança e a aversão pela alteridade. Atualmente, um quadro difuso potencializa as duas incógnitas, tornando-as exponenciais.

Fatos e fantasias, cenas diurnas e imagens de pesadelo compõem um quadro coerente, indissolúvel, que torna noturno o cotidiano, que nos torna irreconciliáveis com a rua e com todas as metáforas de claridade, de razão e de lucidez. A *polis* tornou-se o *locus* do desencontro – portanto um não-lugar. Ou o lugar a ser evitado. Chamo a esse



fenômeno de *subcultura da evitação*: os homens de bem clamam por refúgios, e os forada-lei cuidam de seus esconderijos.

Chama-se de *violência* um conjunto de atitudes, atos, fatos que, por heteróclita soa caótica, e por caótica, legítima – como sinal de que desbotaram na galeria nacional todos os retratos do Brasil. Metáfora entrópica por excelência, expressa o fracasso de uma débil tentativa de convivência.

Nossa paisagem toda balizada de há muito por guarda-costas, seguranças, porteiros armados, guaritas e alertas, detectores de metais, exterminadores, assassinos de aluguel, milícias, mineiras. Cotidiano controlado por câmeras de circuito interno: todo um aparato de sofisticado futurismo para nos proteger das contas não saldadas do passado.

Trata-se do triunfo, retorno e popularização do homem cordial, não exatamente aquele do entendimento de Cassiano Ricardo,¹⁴ mas o da formulação de Sérgio Buarque de Holanda.¹⁵

São universos sociais que parecem nebulosas a se formarem. Parecem laboratórios da convivência a operarem experiências com situações limite. O insólito se infiltra pelo cotidiano. Não se está diante de uma cultura distante com tradições exóticas e, portanto, ininteligíveis ao primeiro olhar. O caráter cifrado não vem da distância, mas da proximidade. Cada um desses atores sociais está mapeado. Todos sabemos de onde vieram, quem eram e o que faziam seus pais. Todos imaginamos o que poderiam estar fazendo. Seus destinos estão, contudo, enredados em um cipoal de impasses e o cotidiano vem sendo conduzido por um sentido de improvisação que talvez seja a marca genérica desse conjunto de dados, situações e rotinas.

Não estão sendo mais acolhidos por nenhum sonho comum.

As falas entre fragmentos.¹⁶

O cenário no qual era possível o intelectual hegemônico parece ter se desfeito. Não encontrei nos contextos periféricos onde andei predisposições muito largas para a

¹⁴ RICARDO, 1959.

¹⁵ HOLANDA, 1971.

¹⁶ As informações contidas neste tópico são anotações preliminares de pesquisa em curso intitulada “Etnografia dos encontros de grupos organizados e eventos de denúncia e combate à violência.”



admiração nem referências gerais a políticos ou líderes que fizessem sentido ali, que ali inspirassem confiança. O mais freqüente quanto a homens públicos é uma predisposição de cautela como se os classificassem entre os que foram pegos com a boca na botija e os que ainda não o foram. O próprio projeto público parece conter algo de malsão, espécie de salve-se quem puder, reservado aos espertos.

Vejamos quais os traços dessas falas entre fragmentos, colhidas em meu itinerários nas pesquisas mencionadas e no trabalho em curso citado na nota 28.

Os que vão preencher de sentido essa realidade vazia.

As cenas detalhadas, únicas compreensíveis, revelam ambiências mentais e redes sociais dessintonizadas com a sociedade abrangente em torno de algumas questões e sobre alguns acordos indispensáveis.

A memória dessas pessoas, suas falas sobre organização de invasões de terras da União, suas referências à saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, transportes revelam, sobretudo quando a questão do Estado não está em foco, o que é mais expressivo e revelador, um distanciamento muito pronunciado de sua órbita. Não que ele não seja cogitado e acionado. Mas, se cogita dele e ele vem a ser acionado, sempre em uma perspectiva tópica. O que remete às perspectivas táticas da luta pela sobrevivência.

Falta ainda aqui aquele horizonte de probabilidade perfilado pelos valores civilizados e capaz de estabilizar as rotinas civilizatórias. É esta a área onde passeia o nosso transeunte, citado acima.

As falas dos encontros promovidos em vários cenários para discutir a questão da violência no Rio de Janeiro estão aqui fixadas em estado preliminar e incompleto. Essas reuniões congregam especialistas, autoridades públicas, lideranças comunitárias, vítimas notórias de violência ou parentes de vítimas de chacinas. Não faremos aqui a distinção da procedência dessas falas. Interessa-nos apenas delinear as questões e temas suscitados por atores diferentes para caracterizar a substância de uma grande conversa, que de certa forma se dissemina, pois os participantes dos grupos reduzidos que as integram tratam de disseminá-los em suas interações com vizinhos, colegas de trabalho, amigos, parentes, companheiros de percurso nas longas viagens de casa para o trabalho do trabalho para a casa nos metrô, trens, vans e ônibus. É flagrante a liquidação da imagem do país incruento. Há uma percepção generalizada de que a violência deixou há

muito de ocorrer nos interstícios sociais para demarcar todos os espaços e medir todo o tempo.

Quanto à sociedade, fala-se com muita constância em estado de barbárie. Em certo debate, observa-se que a flexibilidade e a falta de perspectiva de futuro seriam marcas das sociedades pós-industriais. Em nossa sociedade, os segmentos das populações de periferia entre os 6 e 18 anos encontrar-se-iam sem nenhuma oportunidade, nenhuma perspectiva de vida, sem amanhã e, curiosamente, “sem romantismo”, expressão que parece no contexto de discussão remeter exatamente para a vacuidade simbólica à qual estamos aludindo e alocando, em função do nosso passado recente, na identidade nacional, não tanto por julgar que esta seja necessária, mas pela circunstância de que foi a articulação historicamente tornada possível. Esse tipo de discussão suscita ainda a denúncia da falência da educação pública, outro indicador de proximidade com o projeto modernista que se institucionalizou sobre um expressivo componente pedagógico presente nos conteúdos dos livros didáticos e nas inúmeras reformas de educação empreendidas pelos escolanovistas.

Trata-se de um discurso radical, conversas que andam tomando, nesses encontros, as coisas pela raiz. Economia, Estado, Território, Governabilidade e Soberania são questões que balizam o discurso.

Não se podem prever seus desdobramentos. Seguiremos registrando as propriedades desse discurso e os rituais promovidos para sua enunciação. Esperamos ao cabo de um ano oferecer uma análise do que aqui se apresenta sinteticamente e incompleto, mas ainda assim candente nesses parcos fragmentos.

Como se vê, o elenco de temas é extenso e heterogêneo. Esses dois traços indicam a consciência da radicalidade do momento. Ordenamentos básicos e práticas tradicionais de estado estão sendo questionados, o que indica um “mal-estar” equivalente àquele citado acima e expresso pelos intelectuais brasileiros nas vésperas da eclosão do movimento modernista. Apenas, agora, a via não é mais a da arte e da produção intelectual e, sim, da cidadania.

Conclusões

As imposições da sobrevivência são arranjos táticos, *ad hoc*, a circunstância e a imprevisibilidade desafiam qualquer veleidade estratégica. Essa propriedade está cheia

de implicações e desdobramentos para o fio central de argumentação deste artigo. É difícil conceber que no clima generalizado de insegurança associado aos poucos recursos que tornam a sobrevivência objeto de um esforço que se refaz a partir de arranjos táticos que exploram as *chances* do cotidiano que o horizonte da liberdade possa a vir a ser distendido, pois isso implica em luxos de direitos e reivindicações que o solo da insegurança mina e que o imediatismo da sobrevivência negligencia.

Apesar do cálculo, no entanto, pelas vias imprevisas de alguns insubordinados, algumas lideranças e por vítimas do estado de coisas, certas vozes restauram o sonho complexo do ideal da plenitude de direitos e do postulado da liberdade.

Um encontro com engenheiros de campanha política na recente disputa para a Prefeitura do Rio revela ao autor deste artigo tipos curiosos que têm: a cidade na cabeça e que fazem cálculos precisos sobre seus arranjos e tendências. Quando a memória traz ali o reconhecimento das falhas de previsão e fracassos pelas quais foram responsáveis os cálculos cerebrais do passado, não questionam a natureza do cálculo nem a possibilidade de colocar a cidade na cabeça. (“Ando por aí, converso com um e com outro”, clichê que autoriza o impressionismo de orelha em pé). Assim seguem.

Nossa cidade, ao contrário não se aninha em forma de modelo no cérebro do autor deste artigo. É cidade sobre a qual se anda e de onde se recolhem, na superfície, sinais que merecem leitura, ao mesmo tempo, ávida e cautelosa.

Seria imprudente fazer prognósticos. Deixemos aos engenheiros de campanha a volúpia mental de conter em si o que é necessariamente exterior e, portanto, surpreendente. São momentos nos quais torna-se aguda a importância de uma desinflação do intelectual. Retomar talvez a velha consideração de Karl Mannheim sobre o princípio de auto-avaliação. Um programa de escuta e diálogo, prevenido pela consciência dos limites do diálogo.

A questão da liberdade se encontra em alguns quadrantes refém de um paradoxo que está a depender do diálogo, da interação entre redes nas quais os significados não terminem esterilizados pela hermenêutica de gabinete.

O outro deverá emergir pleno nos detalhes que substituem a familiaridade. Emergir não apenas enquanto ator ao qual se restitui um sentido, mas ao qual se atribui um papel cujo sentido e alcance ele próprio inventará no jogo de cena.

É preciso um projeto. Mas é preciso abrigar o projeto em permanente estado de dúvida, o que significa abertura constante para um diálogo que, por definição, é interminável, pois o sentido está permanentemente a se repor. Se a sociedade é um texto, deverá ser um texto sendo escrito e não um texto editado.

Isso não significa uma demissão intelectual, mas uma reconfiguração do significado do papel de intelectual neste *imbróglio*. Perdemos a hora de negociar contra o pano de fundo de valores estáveis. Temos agora que negociar valores.

Fica claro, por tudo que foi desenvolvido até aqui que o tema fundamental deste artigo é o da integração social. Não se trabalha com esquemas de certo funcionalismo mais simplista, segundo o qual as sociedades funcionariam como organismos ou relógios. Não se parte da idéia de interdependência das partes. Talvez o que esteja plantada como pano de fundo de toda essa cogitação, seja a velha pergunta de Simmel: *how society is possible?*

A antropologia urbana aqui praticada é tributária direta, entre outras influências, da Escola de Chicago. Ora, uma das primeiras descobertas desta escola é que não se encontra na cidade um tipo específico de sociedade contraposta ao rural, tema caro a alguns integrantes, como o próprio Simmel ou Robert Redfield. O que se descobre são as tais áreas morais de Park. A cidade é mosaica. E se descobre um pouco depois que o sentido emerge da interação (Herbert Blumer) para se chegar à evidência de que a linguagem, instrumento por excelência dos processos interativos é uma fonte de mal entendidos (Erving Goffman).

Chicago, o laboratório deles, era a Babel de todos os imigrantes.

Hoje, os conhecidos conflitos parisienses encontram nos subúrbios onde se concentram grandes contingentes de imigrantes e seus descendentes mal integrados à sociedade francesa uma fonte de distúrbios e agitação.

Em nosso caso, a questão da integração oferece um outro registro. Admita-se o caráter mosaico do Rio de Janeiro, a importância que os bairros adquirem na vida social e na produção de valores como chão do encontro. Admita-se ainda que, em geral e não só no Rio de Janeiro, a vida social é por natureza conflitiva porque costurada por negociações, barganhas, trocas, interesses expressos pela linguagem simbólica que, muitas vezes, dissocia mais que aproxima. Mesmo admitindo tudo isso como pressuposto, o que se vem observando nas áreas periféricas do Rio de Janeiro e nos



morros encravados em suas áreas ditas nobres e centrais demonstra por parte do poder público local uma tradição de intervenção em tais áreas que acentua sobremaneira essas propriedades entrópicas da vida social. Será o problema dessas áreas o de ausência do Estado? Ou se trata antes de um jogo complexo e proveitoso jogado com as fichas da ausência e da presença, de sinalizações ambíguas, blefes e promessas?

Pensar todo o quadro mental acima descrito da perspectiva de hoje, quando a questão que se impõe é a da globalização e das construções pós-nacionais implica, assim como no caso do modernismo, em trabalhar com rupturas e descontinuidades.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Coleção Arquivos, 6, UNESCO. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.
- ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, MEC, 1972.
- FREIRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Biblioteca básica brasileira, 7. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª. ed, 1963.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio/Instituto Nacional do Livro – MEC, 1971.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 3ª. ed., revista, refundida e ampliada, 1976.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. São Paulo: Anhembi, 1955.
- MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre duas culturas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 17ª. ed., 1989.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista – sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MORSE, Richard M. “A economia de Manchester e a sociologia paulista” *Dados* no. 18, pp. 33-56. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. In *Província & nação*. Coleção Documentos Brasileiros, no. 152. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio/Conselho Estadual de Cultura, 1972.
- RICARDO, Cassiano. *O homem cordial e outros ensaios*. Biblioteca de Divulgação Cultural, série A – XXIII. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro: 1959.
- SILVA, Hélio R. S. *As raízes do retrato*. Rio de Janeiro: Tese de doutoramento, UFRJ, 1994.

SILVA, Hélio R. S./MILITO, Claudia. *Vozes do meio fio*. Rio: Relume Dumará, 1995.

SILVA, Hélio R. S. “Do caráter nacional brasileiro à língua-geral da violência” in Arantes, Antonio Augusto. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, pags. 288-304, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo/ MV BILL/ ATAÍDE, Celso. *Cabeça de porco*. Rio: Objetiva, 2003.